This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/06/14/the-fifth-parameter-issue-006-representation-is-not-governance/.

O QUINTO PARÂMETRO: Edição 006: Representação Não É Governança

Heather Grizzle · June 14, 2026

Representation matters, but it is not governance. Why a seat at the table does not deliver accountability in accessibility innovation.

O Erro Mais Comum na Inovação em Acessibilidade

Os movimentos de acessibilidade passaram gerações a lutar pela representação. A exigência foi simples e profunda ao mesmo tempo: nada sobre nós sem nós. Comunidades historicamente excluídas da tomada de decisões procuraram não apenas um lugar à mesa, mas uma influência real sobre as políticas, tecnologias e instituições que moldavam as suas vidas. Nos espaços de acessibilidade, esta aspiração permanece tão relevante hoje como o era há décadas. As pessoas Deaf merecem representação nas conversas sobre acesso linguístico. As pessoas com deficiência merecem representação nas discussões sobre políticas de deficiência. As comunidades afetadas pela tecnologia merecem representação nas decisões relativas à sua conceção e implementação. No entanto, algures pelo caminho, surgiu um equívoco subtil mas consequente. A representação, embora necessária, tem sido cada vez mais confundida com governança.

A distinção pode parecer académica, mas as suas consequências são práticas. A representação responde à pergunta de quem está presente. A governança responde à pergunta de quem é responsável. A representação diz respeito à participação. A governança diz respeito à supervisão. A representação introduz perspetivas que de outra forma poderiam estar ausentes. A governança estabelece as estruturas através das quais as decisões são avaliadas, contestadas, monitorizadas e corrigidas. Os dois conceitos estão relacionados, mas não são intermutáveis. Um sistema pode ser representativo e continuar mal governado. Uma tecnologia pode incluir vozes da comunidade e ainda assim carecer de transparência. Uma organização pode ser culturalmente autêntica e operar sem mecanismos de responsabilização significativos.

Esta confusão é particularmente visível durante períodos de mudança tecnológica. As novas tecnologias de acessibilidade procuram frequentemente legitimidade através da representação. Formam-se conselhos consultivos. Consultam-se membros da comunidade. Recrutam-se indivíduos com experiência vivida para cargos de liderança. Estes desenvolvimentos são geralmente positivos e frequentemente há muito devidos. O problema surge quando a sua existência se torna o ponto final em vez do ponto de partida da governança. A representação passa a ser vista como prova de que as questões de governança já foram resolvidas. As questões relativas à supervisão, gestão de risco, transparência, conflitos de interesse, normas de aquisição e responsabilização são consideradas menos urgentes porque parece estar presente na sala as pessoas certas.

Tais suposições compreendem mal o propósito da governança. A governança existe precisamente porque as boas intenções não são suficientes. Ao longo da história, os fracassos institucionais raramente ocorreram porque todos os participantes careciam de integridade. Mais frequentemente, os fracassos surgem de sistemas que careciam de salvaguardas, controlos ou mecanismos de correção adequados. As comunidades depositam confiança nos líderes. As organizações depositam confiança nos especialistas. Os governos depositam confiança nos contratantes. No entanto, a confiança por si só não elimina a possibilidade de erro. A governança existe porque mesmo os intervenientes bem-intencionados podem tomar decisões falhas, negligenciar riscos ou ser influenciados por incentivos que não são imediatamente visíveis.

O setor da acessibilidade não está imune a estas realidades. Na verdade, pode ser particularmente vulnerável a elas. O trabalho de acessibilidade é frequentemente orientado por uma missão. Os participantes partilham frequentemente um desejo genuíno de melhorar os resultados para populações historicamente carenciadas. Tais compromissos merecem reconhecimento. No entanto, os ambientes orientados por missões podem criar os seus próprios pontos cegos. Os valores partilhados podem reduzir o ceticismo. As relações comunitárias podem desencorajar perguntas difíceis. As críticas podem ser interpretadas como oposição em vez de investigação. Com o tempo, as organizações podem começar a depender da reputação como prova de responsabilização. A confiança passa a ser presumida em vez de continuamente conquistada.

A inteligência artificial amplifica estes desafios. À medida que as tecnologias de acessibilidade se tornam mais sofisticadas, as instituições enfrentam uma pressão crescente para

> A confiança deve reforçar a governança, não

adotar soluções que prometem eficiência, escalabilidade e inovação. Os fornecedores procuram legitimidade. Os governos procuram modernização. As organizações comunitárias procuram influência sobre os sistemas emergentes. Neste ambiente, a representação torna-se frequentemente um sinal visível e atrativo de confiabilidade. Uma tecnologia associada à participação comunitária parece mais segura. Um projeto que envolve defensores respeitados parece mais credível. No entanto, nenhum destes indicadores responde às questões de governança que realmente importam. Quem é responsável quando ocorrem danos? Que mecanismos de supervisão existem? Como são identificados e mitigados os riscos? Que normas determinam a prontidão para implementação? Como são informadas as comunidades afetadas quando os sistemas falham?

substituí-la.

Estas questões recebem frequentemente menos atenção do que as discussões sobre representação porque são menos visíveis. A governança raramente gera entusiasmo. Os quadros de supervisão não inspiram discursos de conferências. As normas de aquisição não atraem manchetes. Os mecanismos de responsabilização são frequentemente vistos como administrativos em vez de transformadores. No entanto, é a governança que determina se as inovações continuam a merecer a confiança que recebem. Um sistema representativo sem responsabilização pode tornar-se complacente. Um sistema inovador sem supervisão pode tornar-se prejudicial. Um sistema de confiança sem transparência pode tornar-se vulnerável a abusos.

O desafio que a inovação em acessibilidade enfrenta não é, portanto, se a representação importa. Importa. O desafio é se se está a pedir à representação que desempenhe tarefas para as quais nunca foi concebida. A representação não pode substituir a supervisão. A representação não pode substituir a transparência. A representação não pode substituir a responsabilização. As comunidades merecem líderes que compreendam as suas experiências, mas também merecem instituições capazes de avaliar decisões independentemente desses líderes. A confiança deve reforçar a governança, não substituí-la.

O futuro da acessibilidade dependerá provavelmente da nossa capacidade de sustentar estas duas ideias em simultâneo. As comunidades devem ser representadas. As comunidades devem também ser protegidas por estruturas de governança que permaneçam eficazes independentemente de quem ocupa posições de autoridade. A represen-

tação garante que as vozes sejam ouvidas. A governança garante que o poder permaneça responsável. Uma sem a outra produz um sistema incompleto.

Esta pode ser a lição mais importante da inovação em acessibilidade na era da inteligência artificial. A questão já não é se as comunidades têm um lugar à mesa. A questão é se a própria mesa foi concebida para garantir transparência, responsabilização e boa gestão. A representação diz-nos quem está a falar. A governança diz-nos se o sistema pode ser confiável quando ninguém está a observar.

> **REPRESENTAÇÃO E GOVERNANÇA**
>
> A representação responde à pergunta de quem está presente. A governança responde à pergunta de quem é responsável.

> **TIPS**
>
> Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

> **SUPPORT NCG**
>
> NCG does this work without vendor money, so our findings stay ours. If it has been useful to you, you can support NCG's independent work here. NCG is a for-profit company, not a charity. Contributions are not tax-deductible and buy no service or influence.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, June 14). O QUINTO PARÂMETRO: Edição 006: Representação Não É Governança. Novara Consulting Group. https://www.novaracg.com/pt/2026/06/14/the-fifth-parameter-issue-006-representation-is-not-governance/